



ASSOCIAÇÃO
PARA O
**BEM ESTAR
INFANTIL**

VILA FRANCA DE XIRA

Análise Económica

O ano de 2016 foi um ano de mudança, resultado das reformas estruturais que tivemos de realizar, para responder aos desafios criados pela recente crise económica e social, com grande impacto na vida dos nossos utentes e familiares.

Foi um ano em que, ultrapassando todos os obstáculos, logramos obter a reestruturação de todos os empréstimos bancários, por forma a diminuir a prestação mensal, tornando o seu pagamento exequível.

Optimizámos e reforçámos os nossos programas informáticos com o objectivo de adquirir um maior rendimento e uma maior eficiência.

Fazendo a análise comparativa entre o ano de 2015 e 2016, começa-se a notar a materialização do esforço desenvolvido, tanto ao nível dos rendimentos, como dos gastos verificando-se um lento, mas crescente restabelecer da situação económica ou financeira.

Apurou-se um Resultado Líquido do Exercício positivo de **89.026,63€**.

Análise do Balanço

Analisando as contas do Ativo, no que diz respeito ao Ativo não Corrente regista-se um decréscimo de 281 m.e. resultante do montante das amortizações constituídas no ano ter sido superior ao investido no exercício.

O Ativo Corrente regista um acréscimo de 93 m.e..

O montante do Ativo Total corresponde a um decréscimo de 188 m.e., face ao exercício de 2015.

Analisando as contas do Passivo, o decréscimo foi de 93 m.e. destacando-se o decréscimo dos financiamentos obtidos a curto prazo na ordem dos 954 m.e. e o acréscimo dos financiamentos a longo prazo (Passivo não corrente) em 883 m.e..

Os Fundos Patrimoniais apresentam um decréscimo de 95,5 m.e..

to AL
M. Santos
AR.
SR

Análise Económica

Análise da Demonstração de Resultados

As contas de Rendimentos e de Gastos apresentam uma variação positiva nos rendimentos em 212 m.e. e uma variação negativa nos gastos em 254 m.e. face ao seu homólogo. Em comparação com o Orçamento 2016, os rendimentos obtidos ficaram acima em 81 m.e. e os gastos em 146 m.e..

Rendimentos

Nos Rendimentos, a rubrica **Subsídios, doações e legados à exploração** foi a que mais contribuiu, com o acréscimo de 233 m.e e uma variação de 7,8%.

Na rubrica **Subsídios, doações e legados à exploração** o acréscimo é reflexo de um subsídio concedido pelo Fundo de Socorro Social, no valor de 250 m.e..

A rubrica **Prestação de Serviços** contribuiu com um acréscimo 2,3% nos Rendimentos.

H. Mantim
Ar.
CS

Análise Económica

Análise da Demonstração de Resultados

Gastos

Nos Gastos, a rubrica com maior variação negativa foi **os gastos com o pessoal** 135 m.e., seguida dos **Gastos de depreciação e de amortização** 57 m.e.. Comparativamente ao orçamentado na sua globalidade houve uma variação positiva de 3,20%.

A rubrica **fornecimentos e serviços externos** apresenta uma variação de 2,5%.

Comparando os gastos de 2016 com os de 2015 verificamos um decréscimo em todas as rubricas, sinal da contenção e controle das despesas.

Handwritten notes:
A
B
C

Análise Económica

(euros)

Rendimentos	2016	2015	Variação (2016- 2015)		Orçamento	Variação (2016- Orçamento)	
			Valor	%		Valor	%
Vendas	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
Prestações de serviços	1.311.915,86	1.282.153,45	29.762,41	2,3%	1.323.459,20	-11.543,34	-0,9%
Variações nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
Trabalhos para a própria Instituição	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
Subsídios, doações e legados à exploração	3.229.993,48	2.997.214,05	232.779,43	7,8%	3.176.539,96	53.453,52	1,7%
Reversões	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
Ganhos por aumento de justo valor	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
Outros rendimentos e ganhos	238.894,80	290.154,53	-51.259,73	-17,7%	200.196,54	38.698,26	19,3%
Juros e outros rendimentos similares	847,47	38,65	808,82	2092,7%	0,00	847,47	100,0%
Rendimentos totais	4.781.651,61	4.569.560,68	212.090,93	4,6%	4.700.195,70	81.455,91	1,7%

Gastos	2016	2015	Variação (2016- 2015)		Orçamento	Variação (2016- Orçamento)	
			Valor	%		Valor	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	409.473,46	429.985,06	-20.511,60	-4,8%	425.992,48	-16.519,02	-3,9%
Fornecimento e serviços externos	729.277,45	747.825,50	-18.548,05	-2,5%	709.456,56	19.820,89	2,8%
Gastos com o pessoal	3.016.445,18	3.151.115,91	-134.670,73	-4,3%	2.873.312,90	143.132,28	5,0%
Gastos de depreciação e de amortização	297.974,12	355.172,17	-57.198,05	-16,1%	335.272,63	-37.298,51	-11,1%
Perdas por imparidade	10.502,12	13.257,09	-2.754,97	-20,8%	0,00	10.502,12	
Perdas por redução de justo valor	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
Provisões do período	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
Outros gastos e perdas	39.352,59	51.253,33	-11.900,74	-23,2%	17.500,00	21.852,59	124,9%
Juros e gastos similares	189.600,06	197.959,32	-8.359,26	-4,2%	184.638,48	4.961,58	2,7%
Gastos totais	4.692.624,98	4.946.568,38	-253.943,40	-5,1%	4.546.173,05	146.451,93	3,2%

Vila Franca de Xira, 11 de Março de 2017

Contabilista Certificado

Mónica Ferreira
(CC 90925)

Direção

Manuel Martins
 António Martins
 Filipe Manuel Peixoto Lopes
 Patrícia Maria Figueira



ASSOCIAÇÃO
PARA O
**BEM ESTAR
INFANTIL**

VILA FRANCA DE XIRA

Contas de Gerência

▪ Balanço

(euros)

ATIVO	Notas	2016	2015
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	9.826.483,04	10.108.912,41
Ativos Intangíveis	6	134,07	0,00
Investimentos financeiros	7	2.293,37	1.345,68
		9.828.910,48	10.110.258,09
Ativo corrente			
Inventários	8	29.900,55	30.392,68
Clientes	9	18.901,72	12.596,79
Estado e outros entes públicos	17	20.676,87	17.522,33
Outros ativos correntes	11	95.429,11	82.641,26
Diferimentos	12	39.748,74	51.074,41
Caixa e depósitos bancários	4	86.054,80	3.240,35
		290.711,79	197.467,82
Total do Ativo		10.119.622,27	10.307.725,91

Contabilista Certificado

Mónica FERBEIRA
(C.C. 90925)


Direção
Hamul Martins
André Martins
Filipe Manuel Pereira Lopes
Calosopio Ferice

Contas de Gerência

■ Balanço

FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO	Notas	2016	2015
Fundos Patrimoniais			
Fundos	13	30.958,71	30.958,71
Resultados transitados	13	-698.924,31	-321.916,61
Outras variações de fundos patrimoniais	13	5.427.558,57	5.612.115,45
Resultado líquido do exercício		89.026,63	-377.007,70
		4.848.619,60	4.944.149,85
PASSIVO	Notas	2016	2015
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	14	3.295.097,78	2.412.395,02
Outras dívidas a pagar	15	394.242,45	
		3.689.340,23	2.412.395,02
Passivo corrente			
Fornecedores	16	220.807,09	154.165,36
Adiantamentos de clientes		7.773,63	9.131,36
Estado e outros entes públicos	17	150.512,09	258.339,43
Financiamentos obtidos	14	603.712,25	1.558.060,04
Outros passivos correntes	16	598.857,38	971.484,85
		1.581.662,44	2.951.181,04
Total do Passivo		5.271.002,67	5.363.576,06
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		10.119.622,27	10.307.725,91

Contabilista Certificado

Mônica FERREIRA
(C.G. 90925)

Direção
Manuel Martins
André Martins 8
Filipe Manuel Pereira Lopes
Calosopio Faria

Contas de Gerência

▪ Demonstração de Resultados

(euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2016	2015
Vendas e serviços prestados	18	1.311.915,86	1.282.153,45
Subsídios, doações e legados à exploração	20	3.229.993,48	2.997.214,05
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	-409.473,46	-429.985,06
Fornecimentos e serviços externos	22	-729.277,45	-747.825,50
Gastos com o pessoal	21	-3.016.445,18	-3.151.115,91
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	-10.502,12	-13.257,09
Outros rendimentos e ganhos		238.894,80	290.154,53
Outros gastos e perdas		-39.352,59	-51.253,33
Resultado antes de depreciações, gastos de financ. e impostos		575.753,34	176.085,14
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	-297.974,12	-355.172,17
Resultado operacional (antes de gastos de financ.e impostos)		277.779,22	-179.087,03
Juros e rendimentos similares obtidos	18 e 23	847,47	38,65
Juros e gastos similares suportados	23	-189.600,06	-197.959,32
Resultado antes de impostos		89.026,63	-377.007,70
Resultado líquido do período		89.026,63	-377.007,70

Contabilista Certificado

Mónica FERREIRA
(C.C. 90925)


 Direção
Manuel Martins
Andre' Martha
Filipe Manuel Pereira Lopes
Paulo Jorge Ferreira

Contas de Gerência

Fluxos de Caixa

(euros)

Fluxos de caixa	2016	2015
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>		
Recebimentos de clientes	1.276.839,42	1.275.853,30
Pagamentos a fornecedores	-950.845,93	-1.075.432,28
Pagamentos ao pessoal	-2.117.776,93	-1.854.646,41
Caixa gerada pelas operações	-1.791.783,44	-1.654.225,39
Outros recebimentos/pagamentos	2.138.198,96	1.884.717,13
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	346.415,52	230.491,74
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-23.098,53	-49.705,24
Investimentos financeiros	-2.019,77	-1.333,73
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	1.072,08	423,55
Juros e rendimentos similares	845,50	38,65
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-23.200,72	-50.576,77

Contabilista Certificado

Mónica FERREIRA
(C.C. 90925)


Direção
Amadeu Martins
Filipe Manuel Pereira Lopes
Carlos Lopes Ferreira

Contas de Gerência

Fluxos de Caixa

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Recebimentos provenientes de:

Financiamentos obtidos	3.967.212,74	1.297.661,98
------------------------	--------------	--------------

Pagamentos respeitantes a :

Financiamentos obtidos	-4.038.857,77	-1.402.871,42
------------------------	---------------	---------------

Juros e gastos similares	-168.755,32	-190.265,60
--------------------------	-------------	-------------

Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)	-240.400,35	-295.475,04
---	--------------------	--------------------

Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	82.814,45	-115.560,07
---	------------------	--------------------

Caixa e seus equivalentes no início do período	3.240,35	118.800,42
---	-----------------	-------------------

Caixa e seus equivalentes no fim do período	86.054,80	3.240,35
--	------------------	-----------------

Contabilista Certificado

Mônica FERREIRA
(C.C. 90925)



Manuel Martins
Andre Martins

Filipe Manuel Pereira Lopes
Polisomir Ferreira

Contas de Gerência

■ Demonstração de alterações dos Fundos Patrimoniais a 31-12-2016

Fundos Patrimoniais atribuído aos instituidores		Notas	Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do Período de 2015	1		30.958,71	-321.916,61	5.612.115,45	-377.007,70	4.944.149,85
Alterações no período							
Aplicação do resultado do período anterior				-377.007,70		377.007,70	
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-184.556,88		-184.556,88
	2			-377.007,70	-184.556,88	377.007,70	-184.556,88
Resultado Líquido do Período	3					89.026,63	89.026,63
Resultado Integral	4=2+3					466.034,33	466.034,33
	5	5					
Posição no fim do Período de 2016	6=1+2+3+5	6=1+2+3+5	30.958,71	-698.924,31	5.427.558,57	89.026,63	4.848.619,60

Fundos Patrimoniais atribuído aos instituidores		Notas	Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do Período de 2015 reexpresso	1		30.958,71	205.272,47	5.803.803,33	-527.189,08	5.512.845,43
Alterações no período							
Aplicação do resultado do período anterior				-527.189,08		527.189,08	
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-191.687,88		-191.687,88
	2			-527.189,08	-191.687,88	527.189,08	-191.687,88
Resultado Líquido do Período	3					-377.007,70	-377.007,70
Resultado Integral	4=2+3					150.181,38	150.181,38
	5						
Posição no fim do Período de 2015	6=1+2+3+5		30.958,71	-321.916,61	5.612.115,45	-377.007,70	4.944.149,85

Contabilista Certificado

Mônica FERREIRA
(C.C. 90925)

Direção
Manuel Martins
André Martins
Filipe Manuel Pereira Lopes
Paulo Sérgio Pereira



ASSOCIAÇÃO
PARA O
**BEM ESTAR
INFANTIL**

VILA FRANCA DE XIRA

Anexo

M. Martins
AR.
CS

1. Identificação da entidade

1.1. Designação da Instituição

Associação para o Bem Estar Infantil da Freguesia de Vila Franca de Xira, designada como ABEI, é uma Associação de direito privado, dotada de personalidade jurídica e assume-se como Instituição Particular de Solidariedade Social.

A ABEI teve o início da sua atividade em 1976, tendo sido registada como Instituição Particular de Solidariedade Social, a título definitivo na Direcção-Geral da Segurança Social, e reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 402/85, de 11 de outubro e no Regulamento aprovado pela Portaria nº 778/83, de 23 de julho.

Ao abrigo do Decreto-Lei 172-A/2014 foi efetuada revisão aos estatutos, que foram aprovados em Assembleia Geral de Sócios e entregues em prazo útil, aguardando aprovação do IGSS.

1.2. Sede

Quinta dos Bacelos – Alto de Agruela, 2600-013 Vila Franca de Xira

1.3. Natureza da atividade

A ABEI dedica-se à promoção de ações conducentes a participar no desenvolvimento integrado da comunidade de Vila Franca de Xira, com especial atenção aos carenciados e aos socialmente excluídos. Participa na resolução das questões sociais, educativas, de saúde e culturais da população de Vila Franca de Xira, especialmente das crianças, deficientes, dos jovens e dos idosos, e apoia as famílias, mediante a promoção de ações de natureza sociocultural, especialmente as mais jovens e de menores recursos.

1.4. As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, por esta ser a moeda principal das operações da entidade.

Anexo

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo, de acordo com o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março.

O Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março, foi regulamentado pela Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março, que aprova o código de contas aplicável às ESNL, e pelo Aviso nº. 8256/2015 de 29 de Julho, que aprova as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Sempre que o SNC-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações específicas, serão aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as NCRF e Normas interpretativas (NI), as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

2.1. Bases de preparação

Na preparação das presentes demonstrações financeiras foram consideradas as seguintes bases de preparação:

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos registos contabilísticos da ABEI, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime do acréscimo

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas utilizando o regime contabilístico do acréscimo (periodização económica), reconhecendo os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”. As quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A ABEI não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Handwritten notes:
*
CSF
AS.

Anexo

Compensação

Os ativos e passivos, e os rendimentos e gastos não foram compensados, pelo que foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, exceto nos casos exigidos pela Norma Contabilística.

Comparabilidade

Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável, pelo que as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são comparáveis com os utilizados na preparação das quantias comparativas apresentadas.

2.3. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

As quantidades relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do SNC-ESNL.

Durante o período de 2016 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção no dia 11 de Março de 2017.

Ph. Martins
*H. A. C. S.

Anexo

3. Principais Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas, apresentam a posição financeira e o desempenho financeiro da ABEI, com base nos critérios de reconhecimento para os ativos, passivos, rendimentos e gastos.

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da ABEI, mantidos de acordo com as SNC-ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo o IVA quando não reembolsável, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos).

Ativo fixo tangível	Número de anos	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	50	2%
Equipamento básico	6	16,66%
Equipamento de transporte	5	20%
Equipamento administrativo	5 a 6	16,66%
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 6	16,66%

M. Santos
AL
AS
CSF

Anexo

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil daqueles ativos fixos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas de "Outros rendimentos e ganhos" ou de "Outros gastos e perdas".

3.3. Ativos Fixos Intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF-ESNL, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Ativo fixo intangível	Número de anos	Taxa de depreciação
Programa de computadores	3	33,33%

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

Handwritten notes:
#L
P
H Martin
AS.
CS

Anexo

P. N. Martin
FL A2
CS

3.4. Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras quando o locador transfere todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade para o locatário, caso contrário uma locação é classificada como locação operacional.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são contabilizados pelo justo valor do bem locado.

São depreciáveis de forma consistente com os restantes ativos depreciáveis, sendo imputado a cada período durante o período de vida útil.

3.5. Inventários

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra.

O método de custeio dos inventários é o custo médio ponderado.

Os inventários são ajustados por imparidade quando, à data de relato financeiro, as mercadorias que possuam um prazo de validade ou, de acordo com as estimativas de venda, não sejam comercializados antes de atingirem esse prazo.

3.6. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

i. Utentes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)", de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber, sendo subseqüentemente revertidas pela mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Anexo

P. J. Martins
FC AZ. CSF

ii. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no Passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

iii. Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas de fornecedores ou a outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo. Estas dívidas são registadas pelo seu valor nominal.

iv. Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários são incluídos na Rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende também os descobertos bancários, incluídos na rubrica de "Financiamentos obtidos" do Passivo Corrente.

3.8. Provisões para Riscos e Encargos

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Anexos Demonstração Financeira

P. N. Martins
AF *AS* *CSF*

3.9. Imposto sobre o rendimento

A Instituição beneficia de isenção de imposto sobre o rendimento ao abrigo do art.10º do CIRC (Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas).

3.10. Rédito

Os réditos obtidos no decurso da atividade desenvolvida pela Instituição, são divididos em: prestação de serviços e donativos.

O rédito proveniente da prestação de serviço é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, regra geral, é determinada por acordo entre a entidade e o utente, tomando em consideração quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade. O rédito inclui somente os influxos brutos de benefícios económicos, presentes e futuros, que visem o desenvolvimento das atividades da entidade, recebidos e a receber na sua própria conta.

Os donativos são reconhecidos no momento em que os benefícios económicos fluírem para a Associação, tendo geralmente uma base de caixa, exceto para os donativos protocolados, ou plurianuais, que são reconhecidos de acordo com os referidos protocolos.

3.11. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido, independentemente do seu recebimento.

Os subsídios relacionados com a exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios, doações e legados à exploração" da demonstração dos resultados do período em que são realizados, independentemente da sua data de recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com os ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Anexo

D. N. Martins
Fl. A2. CSF

3.12. Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados são de curto prazo e, incluem salários, subsídio de férias e de Natal, abono para falhas, e outras retribuições adicionais decididas pela direção.

Os benefícios de cessação de emprego devem ser reconhecidos como gasto no momento em que ocorrem, dado não proporcionar a entidade futuros contributos para o desenvolvimento das atividades presentes ou futuras.

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito no mínimo a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Estas responsabilidades são registadas no período em que todos os trabalhadores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento, sendo o saldo a pagar relevado na rubrica de “Credores por acréscimos de gastos”.

3.13. Especialização dos exercícios

Os gastos e os rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo como regime do acréscimo.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

3.14. Principais estimativas e julgamentos apresentados

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-ESNL requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela ABEI, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento, na melhor experiência e nas melhores expectativas em relação aos eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos 31 de dezembro de 2016 incluem:

i. Vidas úteis dos ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Anexo

to h Martins
FL AS CS

3.15. Alterações nas estimativas contabilísticas e erros

i. Alterações nas estimativas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2015.

3.16. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos entre a data de balanço e a data de aprovação das demonstrações financeiras que afectem o valor dos ativos e passivos existentes são considerados na preparação das demonstrações financeiras, caso sejam significativos. Consoante a natureza dos mesmos, poderão dar origem a ajustamentos aos montantes reportados à data do balanço ou divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

Anexo

Ph Martins
AR. CSF

4. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em atividades: i) operacionais, ii) financiamento e, iii) investimento.

- i) As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de utentes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional;
- ii) Os fluxos de caixa incluídos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e contratos de locação financeira.
- iii) Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimentos incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos, bem como o recebimento de subsídios ao investimento.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe de caixa e seus equivalentes apresenta os seguintes valores:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Caixa	961,78	2.786,69
Depósitos Bancários	85.093,02	453,66
Conta à Ordem	74.803,98	222,52
Depósitos a Prazo	10.289,04	231,14

Anexo

5. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido na rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis" bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, durante o períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, é como se demonstra nos quadros seguintes:

(euros)

Descrição	2015	Adições	Abate	Transferências	2016
Terrenos e recursos naturais	190.808,80				190.808,80
Edifícios e outras construções	11.588.281,23				11.588.281,23
Equipamento básico	1.466.828,41	11.019,57			1.477.847,98
Equipamento de transporte	592.510,02				592.510,02
Equipamento Administrativo	290.855,50	583,64			291.439,14
Outros ativos tangíveis	768.892,52				768.892,52
Investimentos em curso – ativos tangíveis	22.265,00	3.272,42			25.537,42
Ativo tangível bruto	14.920.441,48	14.875,63		0,00	14.935.317,11
Depreciações acumuladas	4.811.529,07	297.305,00			5.108.834,07
Depreciação acumulada	4.811.529,07	297.305,00			5.108.834,07
Ativo tangível líquido	10.108.912,41				9.826.483,04

*PH - Membros
* AR
PS*

Anexo

Ph Martins
Al Ar.
CSF

(euros)

Descrição	2014	Adições	Abate	Transferências	2015
Terrenos e recursos naturais	190.808,80				190.808,80
Edifícios e outras construções	11.566.817,91	21.463,32			11.588.281,23
Equipamento básico	1.448.542,61	18.285,80			1.466.828,41
Equipamento de transporte	592.510,02				592.510,02
Equipamento Administrativo	289.859,20	996,30			290.855,50
Outros ativos tangíveis	762.675,33	6.217,19			768.892,52
Investimento em curso - ativos tangíveis	22.265,00				22.265,00
Ativo tangível bruto	14.873.478,87	46.962,61			14.920.441,48
Depreciações acumuladas	4.457.218,83	354.310,24			4.811.529,07
Perdas por imparidade e reversões acumuladas					
Depreciação Acumulada	4.457.218,83	354.310,24			4.811.529,07
Ativo tangível líquido	10.416.260,04				10.108.912,41

Anexo

6. Ativos fixos intangíveis

O movimento ocorrido na rubrica de “Ativos Fixos Intangíveis” bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, durante o períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, é como se demonstra nos quadros seguintes:

(euros)

Descrição	2015	Adições	Abate	Transferências	2016
Programas de computadores	11.741,02	803,19			12.544,21
Ativo intangível bruto	11.741,02	803,19			12.544,21
Depreciações acumuladas	11.741,02	669,12			12.410,14
Depreciação acumulada	11.741,02	669,12			12.410,14
Ativo intangível líquido	-				134,07

Descrição	2014	Adições	Abate	Transferências	2015
Programas de computadores	11.741,02				11.741,02
Ativo intangível bruto					-
Depreciações acumuladas	10.879,09	861,93			11.741,02
Depreciação acumulada	10.879,09	861,93			11.741,02
Ativo intangível líquido	861,93	-	861,93		-

P. M. Martins
AL AR.
CSF

Anexo

J. Martins
AR.
CSF

7. Investimentos financeiros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os movimentos registados em rubricas Investimentos Financeiros foram como segue:

(euros)

Descrição	2015	Adições	Abate	Transferências	2016
Outros investimentos financeiros	1.345,68	2.019,77	1.072,08		2.293,37
Investimentos financeiros	1.345,68	2.019,77	1.072,08		2.293,37

Valor referente às participações para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) efetuadas pela entidade e reconhecidas como um ativo no balanço, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT foi mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

Com a mensuração do ativo financeiro (contribuições para o FCT) ao custo, os rendimentos decorrentes da valorização do fundo apenas são reconhecidos nos resultados do período em que forem efetivamente recebidos (conta 786 – “Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros”), ou seja, quando o fundo for acionado por cessação do contrato de trabalho do trabalhador respetivo.

Anexo

8. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

Inventários	(euros)	
	31-12-2016	31-12-2015
Gêneros Alimentares	4.925,56	5.150,04
Produtos de Higiene e Limpeza	12.862,81	13.056,17
Material Clínico	1.974,21	1.959,12
Rouparia	8.674,81	8.346,82
Medicamentos	1.463,16	1.880,53
Total	29.900,55	30.392,68

9. Clientes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o saldo de clientes/utentes decompõe-se como se segue:

Descrição	31-12-2016			31-12-2015		
	Valores	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Valores	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Clientes/Utentes C/c	18.901,72		18.901,72	12.596,79		12.596,79
Clientes/Utentes cobrança duvidosa	40.285,74	40.285,74	-	32.101,14	32.101,14	-
Total	59.187,46	40.285,74	18.901,72	44.697,93	32.101,14	12.596,79

J. Martins
SL AB
CSF

Anexo

W
#1 *A2* *Mentes* *CS*

10. Imparidade Clientes

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade de clientes, foram os seguintes:

	(euros)			
Descrição	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Saldo final
Imparidade de dívidas a receber	32.101,14	10.502,12	2.317,52	40.285,74
Total	32.101,14	10.502,12	2.317,52	40.285,74

O reforço da imparidade de dívidas a receber no montante de 10.502,12 euros refere-se, ao saldo registado com o utentes da das respostas sociais, educacionais e de saúde.

Anexo

Handwritten notes:
#L
AB
CSF

11. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a decomposição da rubrica "Outras Contas a receber" é como segue:

	(euros)	
Outras contas a receber	31-12-2016	31-12-2015
Pessoal	5.058,25	
Acréscimo de rendimentos	63.068,26	55.852,95
Entidades do Sector Público Administrativo	24.650,70	25.569,00
Adiantamento a fornecedores	369,83	370,43
Devedores diversos	2.282,07	848,88
Total	95.429,11	82.641,26

12. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a ABEI tem registado na rubrica de "Diferimentos" os seguintes saldos:

	(euros)	
Diferimentos	31-12-2016	31-12-2015
Seguros	11.688,38	12.904,17
Juros antecipados	1.283,79	
Outros gastos a reconhecer	26.776,57	38.170,24
Total	39.748,74	51.074,41

O montante registado em Outros Gastos a Reconhecer refere-se aos custos suportados, no montante de 74.200,00 euros, com a instalação da rede de esgotos da Unidade de Cuidados Continuados. Estes custos, considerados despesa plurianual pela SMAS, serão diferidos pelo período de duração do acordo de pagamentos em vigor, com a duração de 5 anos e uma prestação mensal de 1.236,47 €.

Anexo

P. M. Martins
AR . *CSF*

13. Decomposição dos Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos Patrimoniais” registou os seguintes movimentos no período de 2016:

(euros)

Fundos Patrimoniais	2015	Reduções	Aumentos	2016
Fundo Social	30.958,71	-	-	30.958,71
Resultados transitados	- 321.916,61	- 377.007,70		- 698.924,31
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Outros excedentes	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	5.612.115,45	- 184.556,88		5.427.558,57
Subsídios	5.612.115,45	- 184.556,88		5.427.558,57
Resultado líquido do exercício	- 377.007,70			89.026,63
Total	4.944.149,85	- 561.564,58	-	4.848.619,60

As principais variações ocorridas no período de 2016 referem-se a:

Aplicação do resultado líquido

De acordo com a ata da Assembleia de aprovação de contas de 2015, o Resultado líquido negativo de 377.007,70 euros obtidos no período de 2015 foi aplicado aos Resultados Transitados.

Outras variações nos fundos patrimoniais

A variação ocorrida deveu-se ao reconhecimento da quota parte das depreciações dos ativos fixos tangíveis cuja aquisição/construção foi financiada por subsídios aos investimento.

Estes subsídios ao investimento referem-se aos subsídios concedidos pelos organismos públicos a título não reembolsável, relacionados com ativos fixos e imputados numa base sistemática como rendimentos do período, na proporção das depreciações que esses bens subsidiados têm, em cada período.

Anexo

14. Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2016, os saldos das rubricas de "Financiamentos obtidos" discriminam-se como segue:

(euros)

Instituição de crédito	Corrente	Não corrente
Empréstimos obtidos:		
Caixa Geral de Depósitos	289.656,06	375.343,94
Millennium BCP	210.895,46	419.570,03
Novo Banco	67.500,00	2.059.000,00
Montepio Geral	35.660,73	441.183,81
Total	603.712,25	3.295.097,78

M. Santos
R. S.
φ

Anexo

15. Outras dívidas a pagar

No período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as outras dívidas a pagar tinham a seguinte composição:

		(euros)	
Outras dívidas a pagar		31-12-2016	31-12-2015
Passivo não corrente			
Fornecedores de investimentos	i)	164.428,92	
Contribuições para a segurança social	ii)	229.813,53	
Total		394.242,45	

i) Fornecedores de Investimentos

O montante registado refere-se, a valores a liquidar aos empreiteiros responsáveis pela construção do edifício da Unidade dos Cuidado Continuados e do edifício do Pré-escolar da Quinta da Ponte.

A A.B.E.I. fez no ano de 2016 um acordo de pagamento prestacional com o empreiteiro que construiu o Pré-Escolar da Quinta da Ponte.

ii) Contribuições para a Segurança Social

Valor a pagar por conta da dívida à Segurança Social para o qual existe plano de pagamento prestacional.

W. J. Mendes
AR - CSF

Anexo

16. Fornecedores e outros passivos correntes

No período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, ao outros passivos correntes tinham a seguinte composição:

		(euros)	
Outros passivos correntes		31-12-2016	31-12-2015
Passivo corrente			
Fornecedores C/c		220.807,09	154.165,36
Pessoal		2.363,84	154.523,95
Fornecedores de investimentos	i)	68.408,82	229.404,97
Credores por acréscimo de gastos	ii)	469.028,97	490.556,72
Credores diversos	iii)	59.055,75	96.999,21
Subtotal		598.857,38	971.484,85
Total		819.664,47	1.125.650,21

i) Fornecedores de Investimentos

O montante registado refere-se, a valores a liquidar ao empreiteiro responsável pela construção do edifício do Pré-escolar da Quinta da Ponte, durante o ano de 2017.

ii) Credores por acréscimo de gastos

Os saldos mais relevantes registado nesta rubrica dizem respeito a:

- Custos na ordem de 404.138,29 euros com férias e subsídios do período de 2016 a pagar ao pessoal em 2017;
- Valores a restituir à Segurança Social, no montante de 35.379,58 euros, por conta de acertos a efetuar referente aos protocolos/acordos assinados.

iii) Credores diversos

O montante registado nesta rubrica representa, essencialmente o valor a pagar em prestações, no montante de 45.088,76 euros, a ex-funcionários da ABEI por conta das indemnizações acordadas à data da rescisão do vínculo laboral.

Fl. 11 Montar
AR
CS

Anexo

Handwritten notes and signatures: *L, A. Mantas, AR, CSF.

17. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos das rubricas de “Estado e outros entes públicos” discriminam-se como segue:

		(euros)	
Descrição		31-12-2016	31-12-2015
Ativo			
IVA – Reembolsos solicitados	i)	20.676,87	17.522,33
Total do Ativo		20.676,87	17.522,33
Passivo Corrente			
Contribuições para a segurança social	ii)	124.703,85	230.291,51
Retenção de impostos sobre os rendimentos	iii)	25.808,24	28.047,92
Total do Passivo		150.512,09	258.339,43
Total		- 129.835,22	- 240.817,10

i) IVA – Reembolsos solicitados

Este montante representa os reembolsos solicitados por conta de IVA suportado com a aquisição de géneros alimentares e de ativos.

ii) Contribuições para a Segurança Social – Passivo corrente

O valor de 103.325,85 euros é referente às cotizações e contribuições de Dezembro de 2016, paga durante o mês de Janeiro de 2017.

No valor total da dívida ainda está englobado o valor a pagar no ano de 2017 e para o qual existe plano de pagamento prestacional efetuado com a Segurança Social.

iii) Retenções de impostos sobre rendimentos

O montante registado nesta rubrica refere-se ao imposto sobre rendimentos obtidos referente às remunerações obtidas no mês de dezembro de 2016 e ao subsídio de natal entregue à Autoridade Tributária em janeiro de 2017.

Anexo

*João Manuel
AR. CF*

18. Réditos

O montante dos réditos reconhecidos na demonstração dos resultados em 2016 e 2015 é o seguinte:

Descrição	(euros)	
	31-12-2016	31-12-2015
Prestação de Serviços	1.311.915,86	1.282.153,45
Juros	847,47	38,65
Total	1.312.763,33	1.282.192,10

19. Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, para os períodos de 2016 e 2015, é o seguinte:

Movimentos	31-12-2016		31-12-2015	
	Mercadorias	Matérias-Primas Subsidiárias e de Consumo	Mercadorias	Matérias-Primas Subsidiárias e de Consumo
Existências iniciais	-	30.392,68	-	38.788,16
Compras	-	413.563,33	-	429.007,36
Regularização de existências:	- -	4.582,00	- -	7.417,78
Existências finais	- -	29.900,55	- -	30.392,68
Total	-	409.473,46	-	429.985,06

Anexo

Handwritten notes:
A P N Mark
AR CSF

20. Subsídios e apoios do Governo e outras Entidades Públicas

O montante relativo à rubrica **Subsídio à exploração – Estado** inclui as comparticipações do ISS, IP, conforme acordos de cooperação para as respostas sociais de Creche, Pré-escolar, Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), Centros de Acolhimento Temporário, bem como as comparticipações da ARSLVT e ISS,IP para a Unidade de Saúde,.

Na rubrica **Subsídios à exploração – Outras entidades** o montante inclui essencialmente um subsídio concedido pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira para a atividade regular da instituição e um valor concedido pelo Fundo de Socorro Social

(euros)

Descrição	Estado		Outras Entidades	
	Valor Total	Valor imputado no período	Valor Total	Valor Imputado no período
Subsídios à exploração	2.929.403,09		300.590,39	
Total	2.929.403,09	-	300.590,39	-

Anexo

21. Benefícios de empregados

O número médio de colaboradores ao serviço da Instituição durante o exercício de 2016 ascendeu a 219 trabalhadores.

Os montantes relativos a Remunerações compreendem os valores que devem ser suportados no próprio exercício, a pagar no exercício seguinte (especialização do exercício). É o caso das responsabilidades da Instituição perante os seus trabalhadores (férias e subsidio de férias vencidos). A taxa de 22,30% da Segurança Social (taxa a pagar em 2017), refere-se ao montante do encargo com o subsidio de férias e férias do ano de 2016 e que só será pago no ano seguinte.

O valor refletido na subrubrica **Indemnizações**, corresponde como o nome indica ao montante total das indemnizações ao pessoal provenientes de acordos de cessação de contratos de trabalho assinados no ano de 2016.

A rubrica "Outros gastos" inclui gastos com o seguro de saúde.

(euros)

Gastos com o pessoal	31-12-2016	31-12-2015
Remunerações		
Orgãos Sociais	9.022,33	27.708,30
Remunerações certas	-	21.056,80
Remunerações adicionais	9.022,33	6.651,50
Pessoal	2.439.919,32	2.481.213,51
Remunerações certas	2.258.387,40	2.281.315,37
Remunerações adicionais	181.531,92	199.898,14
Indemnizações	12.930,64	88.316,30
Encargos sobre remunerações	546.624,07	545.240,41
Segurança Social	521.541,64	519.628,14
Orgãos Sociais		
Taxa de 21,60%	-	3.487,85
Pessoal		
Taxa de 22,30%	73.097,31	-
Taxa de 22,00%	448.444,33	72.067,58
Taxa de 21,60%	-	444.072,71
Seguro de Acidentes de Trabalho	25.082,43	25.612,27
Outros gastos	7.948,82	8.637,39
Total	3.016.445,18	3.151.115,91

Handwritten notes:
#1
AR
CSF

Anexo

Handwritten notes:
*1
AB
SF

22. Fornecimentos e Serviços Externos

(euros)

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Fornecimentos e serviços externos		
Serviços especializados	363.450,60	374.183,60
Materiais	46.417,45	46.171,01
Energia e fluidos	230.019,56	241.902,76
Deslocações, estadas e transportes	22.301,09	21.581,63
Serviços diversos	67.088,75	63.986,50
Total	729.277,45	747.825,50

23. Juros

(euros)

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	182.209,10	194.443,74
Outros juros	7390,96	3515,58
Total	189.600,06	197.959,32
Juros obtidos		
Juros obtidos de depósitos	847,47	38,65
Total	847,47	38,65

Anexo

24. Informações

A Instituição apresenta dívidas ao Estado, nomeadamente à Segurança Social e referente às contribuições (Entidade Patronal). No entanto, foi efetuado e aprovado um plano prestacional com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

25. Acontecimentos após a data do balanço

Não ocorreram eventos subsequentes que requeiram a divulgação nas demonstrações financeiras ou ajustamentos das mesmas.

26. Proposta para aplicação de resultados

A Direção propõe que o resultado líquido, apurado nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de 89.026,63 € seja transferido para Resultados Transitados.

Vila Franca de Xira, 11 de Março de 2017

Contabilista Certificado

Mónica Ferreira
(C.C. 90925)

Direção
Manuel Martins
André Martins
Filipe Manuel Pereira Lopes
Paulo Espírito Santo

